



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:

(DA SRA. RITA CAMATA) PMDB-CE

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas jurídicas, nas condições que menciona

DESPACHO:

24/05/89 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

À COM. DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, EM 13/05/99.

REGIME DE TRAMITAÇÃO
ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
EFT	13/05/99
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

PROJETO DE LEI Nº

2.417

89 DE 199

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Roberto Brant	Presidente:	* [assinatura]
Comissão de:	Finanças e Tributação	Em:	1.º / 06 / 99
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Germano Rigatto (REDIST.)	Presidente:	* [assinatura]
Comissão de:	Finanças e Tributação	Em:	28/03/01
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Pauderney Avelino (REDIST.)	Presidente:	* [assinatura]
Comissão de:	Finanças e Tributação	Em:	16 / 08 / 01
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):		Presidente:	
Comissão de:		Em:	/ /

AP 29.11.89

DESARQUIVADO

CFT

ORDINÁRIA	
Entrada	Comissão
27.03.95	CFT



DESARQUIVADO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DA SRA. RITA CAMATA)

ov

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º

Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas jurídicas, nas condições que menciona.

DESPACHO: COM.CONST.E JUSTIÇA E REDAÇÃO = TRABALHO = FINANÇAS

A COM.CONST.E JUSTIÇA E REDAÇÃO em 31 de maio de 1989

DISTRIBUIÇÃO

- Ao Sr. Deputado Eduardo Lima Campos Jr., em 4/8 1989
O Presidente da Comissão de Justiça e Redação
- Ao Sr. Dep. Carlos Rodrigues, em 14/8 1991
O Presidente da Comissão de Trabalho, Adm. e Serv. Públicos
- Ao Sr. Deputado Paulo Hartung, em 31/10 1991
O Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
- Ao Sr. Deputado Germano Rigotto (Redistrib.), em 30/4 1992
O Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
- Ao Sr. Deputado Antonio Konder, em 28/3 1995
O Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
- Ao Sr. Deputado Pedro Novais (Redistribuição), em 27/9 1995
O Presidente da Comissão de FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
- Ao Sr. DEPUTADO Roberto Brandão (VISTA), em 11/11 1996
O Presidente da Comissão de FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO * Germano Rigotto
- Ao Sr. Antonio Konder (Redistrib.), em 20/4 1998
O Presidente da Comissão de
- Ao Sr., em 19
O Presidente da Comissão de

PRÓF. 11.2417 DE 1989

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19 _____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

02

CASA
CDLOCAL
CFTIDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA
TIPO PL NUMERO 2417-A ANO 1989DATA DA AÇÃO
DIA 13 MES 12 ANO 2001RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
Edilson

DESCRIÇÃO DA AÇÃO
Gnaominkob - a CCP.

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA
CD

LOCAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA
TIPO NUMERO ANODATA DA AÇÃO
DIA MES ANO

RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA
CD

LOCAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA
TIPO NUMERO ANODATA DA AÇÃO
DIA MES ANO

RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

CASA
CD

LOCAL

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA
TIPO NUMERO ANODATA DA AÇÃO
DIA MES ANO

RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

SGM 3.21.03.025-7 (JUN/99)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

1

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CFT	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		PL	2.417	1989	26	6	1992	Eily

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Parecer do Relator, Dep. GERMANO RIGOTTO: pela adequação financeira e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

SGM 20,32,0014,4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

01

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CFT	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		PL	2.417	1989	21	01	1996	Erles

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

- Parecer do Relator, Dep. Pedro Novais, pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação do Projeto e pela rejeição da emenda adotada na Comissão de Trabalho.

SGM 20,32,0014,4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

01

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CFT	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		PL	2.417	1989	30	09	1999	Luciano

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Parecer do relator, Dep. Roberto Brant, pela incompatibilidade e pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e de emenda de CTASP.

SGM 20,32,0014,4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

01

CASA	LOCAL	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA			DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/PREENCHIMENTO
CD	CFT	TIPO	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	
		PL	2.417-A	1989	07	11	2001	Lilá

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO PAULDERNEY AVELINO, PELA INCOMPATIBILIDADE E INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO PROJETO E DA EMENDA DA CTASP.

SGM 20,32,0014,4 - (MAR/87)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

01

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD	ETASP	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	luiza
			2417	1989	17	04	1991	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Distribuido ao dep. Caldos Rodrigues

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

02

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD	ETASP	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	luiza
			2417	1989	28	05	1991	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Devolvido pelo Relator, com parecer favorável na forma da Emenda proposta.

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

03

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD	ETASP	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	luiza
			2417	1989	19	06	1991	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Aprovado o parecer do Relator.

SGM 20.32.0014.4



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BOLETIM DE AÇÃO LEGISLATIVA

BAL Nº

04

CASA	LOCAL	TIPO	IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA		DATA DA AÇÃO			RESPONSÁVEL P/ PREENCHIMENTO
CD	ETASP	PL	NÚMERO	ANO	DIA	MÊS	ANO	luiza
			2417	1989	25	06	1991	

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

Encaminhado à Comissão de Finanças.

SGM 20.32.0014.4

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 2.417, DE 1989
(DA SRA. RITA CAMATA)



Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas jurídicas, nas condições que menciona.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO; DE TRABALHO; E DE FINANÇAS).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- As Comissões :
1. Constituição e Justiça e Redação
 2. Trabalho
 3. Finanças

Em 24/5/89.


Presidente

PROJETO DE LEI Nº 2417, DE 1989
(Da Deputada RITA CAMATA)

11 C
Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas jurídicas, nas condições que menciona.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As pessoas jurídicas que contarem com mais de 50 (cinquenta) empregados poderão abater de seu lucro operacional, para fins de imposto de renda, até 30% (trinta por cento) do montante de salários pagos, no ano-base, a empregados do sexo feminino, sempre que, comprovadamente, apliquem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor abatido em treinamento e qualificação da mão-de-obra por elas empregada.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros que lhe são próprios a partir do exercício financeiro subsequente.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Conquanto sejam expressivas as conquistas sociais



da mulher, inscritas no texto da Constituição Federal de 1988, não há como deixar de reconhecer que, no lapso de tempo decorrido desde sua promulgação, muitos dos direitos assegurados à mulher trabalhadora vêm sendo burlados pelas empresas.

De fato, tem-se verificado, com frequência, esse paradoxo de a intenção do constituinte ou do legislador em proteger a classe trabalhadora produzir efeito contrário, transformando-se o benefício legal ou constitucionalmente assegurado em empecilho à garantia do próprio emprego do trabalhador.

É o que está atualmente ocorrendo, relativamente ao mercado de trabalho da mulher. Empresas estão despedindo ou deixando de recrutar trabalhadoras para evitar a concessão de direitos como, por exemplo, a atual licença-maternidade.

Diante de tal constatação, cabe ao legislador buscar restabelecer o equilíbrio social rompido, mediante inserção no nosso ordenamento jurídico de normas que, de algum modo, visem assegurar à mulher não se transformem em vitória de Pirro as conquistas trabalhistas duramente alcançadas.

Esse o objetivo que perseguimos através desta proposição, que propõe a concessão de benefício fiscal às empresas com mais de cinquenta empregados, que mantiverem em seu quadro de pessoal pelo menos trinta por cento de mulheres.

A medida, temos plena convicção, proporcionará garantia de emprego a apreciável contingente de trabalhadoras.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 03 -



Esperamos, assim, que a propositura mereça a aprovação dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, em de de 1989

Deputada RITA CAMATA

/amnf



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



(PROJETO DE LEI Nº 2.417, DE 1989)

Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas jurídicas, nas condições que menciona.

AUTOR: Deputada RITA CAMATA

RELATOR: Deputado EDUARDO SIQUEIRA
CAMPOS

RELATÓRIO

Através do Projeto de Lei em exame, pretende-se instituir incentivo fiscal à contratação de mão-de-obra do sexo feminino, na medida em que autoriza seja abatido do lucro operacional das pessoas jurídicas que contem com mais de cinquenta empregados, até 30% do montante de salários pagos, no ano-base, a empregados do sexo feminino, sempre que, comprovadamente, apliquem, no mínimo, cinquenta por cento do valor abatido em treinamento e qualificação da mão-de-obra por elas empregada.

A proposição comete a regulamentação da matéria ao Poder Executivo.

Na justificção, argumenta-se ter a intenção do constituinte produzido, com freqüência, efeito contrário ao pretendido, na medida em que a proteção constitucional ao trabalho da mulher passou a constituir empecilho à garantia de emprego.

Dessa forma, caberia ao legislador restabelecer o equilíbrio social rompido, mediante inserção no ordenamento jurídico de norma que compense a discriminação suscitada pela proteção que a Carta assegurou ao trabalho feminino.



Compete a esta Comissão Técnica o exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em epígrafe, conforme faz certo o art. 32, III, do Regimento Interno.

VOTO DO RELATOR

A matéria insere-se na competência da União, à vista do prescrito no art. 24, I, combinado com o art. 153, III, da Constituição Federal.

O instrumento jurídico adequado é a lei ordinária, prevista no art. 59, III, da Carta.

A competência do Congresso Nacional para apreciar a matéria está assegurada no art. 48, I, da Lei Maior.

De outra parte, é legítima a iniciativa parlamentar na matéria, nos termos do art. 61, caput.

No que tange à juridicidade, a proposição se coaduna com os postulados e princípios que orientam o ordenamento jurídico pátrio, estando, por outro lado, redigida dentro dos cânones da técnica legislativa recomendada.

Em face do exposto, e o nosso voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.417, de 1989.

Sala da Comissão, em 31 de outubro de 1989.

Deputado EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 2.417, DE 1989

PARECER DA COMISSÃO


A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária plenária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 2.417/89, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Nelson Jobim - Presidente, João Natal - Vice-Presidente, Arnaldo Moraes, Carlos Vinagre, Harlan Gadelha, Hélio Manhães, José Dutra, Leopoldo Souza, Mendes Ribeiro, Michel Temer, Aloysio Chaves, Dionísio Hage, Eliézer Moreira, Francisco Benjamim, Horácio Ferraz, Jorge Hage, Gerson Peres, Doutel de Andrade, Benedicto Monteiro, José Genoíno, José Maria Eymael, Marcos Formiga, Aldo Arantes, Roberto Freire, Nilson Gibson, Osvaldo Macedo, Plínio Martins, Renato Vianna, Rosário Congro Neto, Sérgio Spada, Theodoro Mendes, Tito Costa, Messias Góis, Ney Lopes, Oscar Corrêa, Juarez Marques Batista, Sigmaringa Seixas, Ibrahim Abi-Ackel, Sílvio Aureu, Roberto Torres, Afrísio Vieira Lima, Aluízio Campos, Alcides Lima, Adylson Motta, Gonzaga Patriota, Jesus Tajra, Rodrigues Palma e Eduardo Siqueira Campos

Sala da Comissão, em 29 de novembro de 1989


Deputado NELSON JOBIM
Presidente


Deputado EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2417, DE 1989

Dispõe sobre a concessão de
benefício fiscal às pessoas jurídi-
cas, nas condições que menciona.

AUTORA: Deputada RITA CAMATA

RELATOR: Deputado CALDAS RODRIGUES

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que visa a insti-
tuir incentivo fiscal às empresas com mais de 50 empregados
que contratem mão-de-obra do sexo feminino e empreguem, com-
provadamente, no mínimo, 50% do valor abatido em treinamento
e qualificação profissional.

O projeto remete ao Poder Executivo a regula-
mentação da matéria.

Na justificação, o principal argumento, em sín-
tese, é o de que a nova Constituição, ao proger a mão de
obra feminina, acabou por dificultar-lhe a entrada no mercado
de trabalho.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Re-
dação opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridici-
dade e técnica legislativa do presente projeto.

II - VOTO DO RELATOR

Com efeito, trata-se de iniciativa louvável a
apresentação deste projeto, vez que, ao receber tratamento



tão diferenciado no novo texto constitucional, acabou-se por discriminar a força de trabalho feminina.

Pretende o presente projeto restabelecer o equilíbrio no mercado de trabalho, incentivando o emprego de mulheres, para que as conquistas trabalhistas consagradas na Constituição Federal não se transformem em Vitória de Pirro, como bem expressado pela Dep. RITA CAMATA em sua justificação.

Todavia, o texto do art. 1º do projeto merece ser emendado, pois não contempla todos os elementos descritos na justificação. Ele não prevê explicitamente, por exemplo, a existência de, pelo menos, 30% de mulheres no quadro de pessoal, nem, tampouco, o percentual limite do lucro tributável.

Ademais, não se pode abater do lucro operacional, pois o mesmo não serve de base para cálculo do imposto de renda.

Diante do exposto, somos pela aprovação do presente projeto com a emenda que se propõe.

Sala da Comissão, em de de 1991.

Deputado CALDAS RODRIGUES
Relator

/afss.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 2417, DE 1989


Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas Jurídicas, nas condições que menciona.

Dê-se ao artigo 1º a redação que se segue:

"Art. 1º As pessoas jurídicas que contarem com mais de 50 empregados poderão abater de seu lucro tributável para fins de imposto de renda, até 30% do montante de salários pagos, no ano-base, a seus empregados do sexo feminino, observado o limite de 15% daquele lucro.

Parágrafo único. A dedução a que se refere o caput deste artigo dependerá de a mão-de-obra feminina constituir, no mínimo, 30% da força de trabalho empregada e da aplicação no ano-base de, pelo menos, 50% do valor abatido em treinamento e qualificação profissional das empregadas, conforme projetos previamente aprovados pela autoridade competente.

Sala da Comissão, em de de 1991.


Deputado CALDAS RODRIGUES
Relator



COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.417/89

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela APROVAÇÃO, com emenda, do Projeto de lei nº 2.417/89, nos termos do parecer do Relator.

Estiveram presentes os seguintes senhores Deputados: Amaury Müller - Presidente, Carlos Alberto Campista, Jabes Ribeiro e Zaire Rezende - Vice-Presidentes, Edmar Moreira, Orlando Pacheco, Caldas Rodrigues, Zé Gomes da Rocha, Marcelo Barbieri, Tidei de Lima, Beraldo Boaventura, Chico Vigilante, Maria Laura, Paulo Paim, Antonio Carlos Mendes Thame, Felipe Mendes, Jair Bolsonaro, Célio de Castro, Aldo Rebelo, Paulo Rocha, Ernesto Gradella e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, em 19 de junho de 1.991

Deputado AMAURY MÜLLER
Presidente

Deputado CALDAS RODRIGUES
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.417/89

Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas jurídicas, nas condições que menciona.

EMENDA ADOTADA PELA COMISSÃO

Dê-se ao artigo 1º a redação que se segue:

"Art. 1º As pessoas jurídicas que contarem com mais de 50 empregados poderão abater de seu lucro tributável para fins de imposto de renda, até 30% do montante de salários pagos, no ano-base, a seus empregados do sexo feminino, observado o limite de 15% daquele lucro.

Parágrafo único. A dedução a que se refere o caput deste artigo dependerá de a mão-de-obra feminina constituir, no mínimo, 30% da força de trabalho empregada e da aplicação no ano-base de, pelo menos, 50% do valor abatido em treinamento e qualificação profissional das empregadas, conforme projetos previamente aprovados pela autoridade competente.

Sala da Comissão, em 19 de junho de 1991.

Deputado AMAURY MÜLLER
Presidente

Deputado CALDAS RODRIGUES
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Defiro. Publique-se.

Em 02 / 04 / 1991.

Presidente

R E Q U E R I M E N T O

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Requeiro, com base no parágrafo único do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o **desarquivamento** do Projeto de Lei nº. 2.417, de 1989.

Sala das Sessões, em 19 de Março de 1991.

Deputada RITA CAMATA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Requeiro, com base no parágrafo único do Artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o **desarquivamento** do Projeto de Lei nº. 2.417, de 1989.

Sala das Sessões, em 19 de Março de 1991.


Deputada RITA CAMATA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada RITA CAMATA

Brasília, 21 de Fevereiro de 1995.

DESARQUIVE-SE, NOS TERMOS DO ART. 105,
PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Publique-se.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara

EM 09/03/95

PRESIDENTE

Requeiro, na forma do parágrafo único do Art. 105, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o **desarquivamento** das seguintes proposições de minha autoria que foram arquivadas no final da 49ª Legislatura:

1. Projeto de Lei nº 1.699/89;
2. Projeto de Lei nº 2.417/89;
3. Projeto de Lei nº 4.776/90;
4. Projeto de Lei nº 4.966/90;
5. Projeto de Lei nº 382/91;
6. Projeto de Lei nº 3.100/92;
7. Projeto de Lei nº 3.619/93;
8. Projeto de Lei nº 3.727/93; e
9. Projeto de Lei Complementar nº 60/91.

Plenário Ulysses Guimarães, em 21 de Fevereiro de 1995.

RITA CAMATA
Deputada Federal

Exmo. Sr.
Deputado LUIS EDUARDO
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Nesta.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



REQUERIMENTO Nº DE 1999.
(Da Sra. Rita Camata)

Requer o desarquivamento de
proposições.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a V. Exa. o desarquivamento das proposições a seguir relacionadas, que são de minha autoria:

PEC nº 026/95
PEC nº 028/95
PEC nº 042/95
PEC nº 043/95
PL nº 050/95
PL nº 051/95
PL nº 052/95
PL nº 053/95
PL nº 056/95
PL nº 060/95
PL nº 061/95
PL nº 588/95
PL nº 590/95
PL nº 592/95
PL nº 810/95
PL nº 909/95
PL nº 910/95
PL nº 927/91
PL nº 1041/95
PL nº 1699/89
PL nº 1700/89

PL nº 1.712/89
PL nº 1.743/96
PL nº 1888/96
PL nº 2.417/89
PL nº 2.998/89
PL nº 3.395/97
PL nº 3.650/89
PL nº 3.727/93
PL nº 3.872/97
PL nº 4.259/98
PL nº 4.716/98
PL nº 4.823/98
PL nº 4.967/90
PLP nº 004/95
PLP nº 029/95
PLP nº 035/95
PLP nº 050/95
PLP nº 060/91
PL nº 4649/98 (co-autora)

Sala das Sessões, em


Deputada RITA CAMATA
PMDB - ES

25/02/99



SGM/P nº 156

Brasília, 05 de abril de 1999.

Senhora Deputada,

Em atenção ao Requerimento de sua autoria, datado de 25 de fevereiro do corrente ano, no sentido do desarquivamento de proposições propostas por Vossa Excelência em legislaturas passadas, faço encaminhar, em anexo, cópia da Decisão que exarei sobre o assunto.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MICHEL TEMER
Presidente

A Sua Excelência a Senhora
DEPUTADA RITA CAMATA
Anexo IV, Gabinete 905
N E S T A



DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Senhora Deputada Rita Camata formulou, em 25 de fevereiro de 1999, requerimento de desarquivamento de proposições de sua autoria, com fulcro no art. 105, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Considerando presentes os requisitos constantes do citado dispositivo regimental, defiro o desarquivamento das seguintes proposições: PEC 28/95; PEC 42/95; PEC 43/95; PL 1.699/89; PL 2.417/89; PL 927/91; PL 3.727/93; PL 50/95; PL 52/95; PL 53/95; PL 56/95; PL 61/95; PL 588/95; PL 590/95; PL 592/95; PL 810/95; PL 909/95; PL 910/95; PL 1.041/95; PL 1.888/96; PL 3.872/97; PL 4.259/98; PL 4.716/98; PL 4.823/98; PL 4.649/98; PLP 60/91; PLP 04/95; PLP 29/95; PLP 35/95; PLP 50/95. Indefiro, contudo, o pedido quanto às proposições a seguir relacionadas, porquanto não foram objeto de arquivamento: PEC 26/95; PL 1.700/89; PL 1.712/89; PL 2.998/89; PL 3.650/89; PL 4.967/90; PL 51/95; PL 60/95; PL 1.743/96; PL 3.395/97.

Oficie-se à requerente e, após, publique-se.

Em 25 / 02 /99.


MICHEL TEMER
Presidente



PARECER

PROJETO DE LEI Nº 2.417, DE 1989, *que dispõe sobre a concessão de benefício fiscal a pessoas jurídicas, nas condições que menciona.*

AUTORA: Deputada RITA CAMATA

RELATOR: Deputado PAUDERNEY AVELINO

1. RELATÓRIO

O projeto nº 2.417/89 estabelece que as pessoas jurídicas que contarem com mais de 50 empregados poderão abater de seu lucro operacional, para fins de imposto de renda, até 30% do montante de salários pagos, no ano-base, a empregados do sexo feminino, sempre que aplicarem, no mínimo, 50% do valor abatido em treinamento e qualificação da mão-de-obra por elas empregada. O art. 3º do projeto determina que a lei dele derivada produzirá efeitos financeiros a partir do exercício financeiro subsequente ao da sua publicação.

2. O projeto foi originalmente apresentado em 1989 e em 29 de novembro daquele ano a Comissão de Constituição e Justiça e redação opinou pela sua constitucionalidade, juricidade e técnica legislativa. Em 19 de junho de 1991 a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público também opinou pela aprovação, com uma emenda que basicamente coloca limite àquele abatimento. Desarquivado na atual legislatura, nos termos do par. único do art. 105 do Regimento Interno desta Casa, vem o projeto agora ao exame desta Comissão de Finanças e Tributação.

3. É o relatório.

2. VOTO

4. Cabe a esta Comissão, além do exame de mérito, inicialmente apreciar a proposição quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, IX, "h" e 53, II) e da Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação, que *estabelece procedimentos para o exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira*, aprovada



pela CFT em 29 de maio de 1996.

5. O artigo 66 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2001 (Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000), condiciona a aprovação de lei ao cumprimento do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

"Art. 66. A lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada ou editada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Aplicam-se à lei ou medida provisória que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente."

6. Sobre o assunto, o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.00), determina que:

"Art. 14 A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição."

7. O projeto em tela gera renúncia de receita, mas não apresenta estimativa do valor da renúncia em questão, bem como não satisfaz aos demais requisitos exigidos pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, fundamental para que o projeto possa ser considerado adequado e compatível orçamentária e financeiramente.

8. Portanto, não obstante os nobres propósitos que nortearam a elaboração do referido projeto de lei, não pode o mesmo ser considerado adequado ou compatível, sob a ótica orçamentária e financeira.

9. Dessa forma, fica também prejudicado o exame quanto ao mérito, na Comissão de Finanças e Tributação, em acordo com o disposto no art. 10 da Norma Interna - CFT, *supra* mencionada:



“Art. 10. Nos casos em que couber também à Comissão o exame do mérito da proposição, e for constatada a sua incompatibilidade ou inadequação, o mérito não será examinado pelo Relator, que registrará o fato em seu voto.”

10. Pelo exposto, **VOTO PELA INCOMPATIBILIDADE E PELA INADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PROJETO DE LEI Nº 2.417, DE 1989, BEM COMO DA EMENDA A ELE APRESENTADA NA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.**

Sala da Comissão, em 07 de novembro de 2001.

Deputado PAUDERNEY AVELINO
Relator



PROJETO DE LEI Nº 2.417, DE 1989

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, unanimemente, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 2.417/89 e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, nos termos do parecer do relator, Deputado Pauderney Avelino.

Estiveram presentes os Senhores Deputados Jorge Tadeu Mudalen, Presidente; Pedro Novais, José Carlos Fonseca Jr. e José Pimentel, Vice-Presidentes; Félix Mendonça, José Militão, Rodrigo Maia, Silvio Torres, Chico Sardelli, João Mendes, Jorge Khoury, Armando Monteiro, Milton Monti, Carlito Merss, João Coser, Ricardo Berzoini, Edinho Bez, Fetter Júnior, Max Rosenmann, Pedro Eugênio, João Eduardo Dado, Eujácio Simões, Roberto Argenta, Adolfo Marinho, Luiz Carlos Hauly, Nice Lobão, Eni Voltolini, Gonzaga Patriota e Rubens Furlan.

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 2001.


Deputado JORGE TADEU MUDALEN
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2.417-A, DE 1989

(DA SRA. RITA CAMATA)

Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas jurídicas, nas condições que menciona; tendo pareceres: Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS); da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. CALDAS RODRIGUES); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária deste e da emenda adotada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (relator: DEP. PAUDERNEY AVELINO).

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO; DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO)

SUMÁRIO

I - Projeto Inicial

II - Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação:

- parecer do relator
- parecer da Comissão

III - Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- parecer do relator
- emenda oferecida pelo relator
- parecer da Comissão
- emenda adotada pela Comissão

III - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- parecer do relator
- parecer da Comissão

***PROJETO DE LEI Nº 2.417-A, DE 1989**
(DA SRA. RITA CAMATA)

Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas jurídicas, nas condições que menciona; tendo pareceres: Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (relator: DEP. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS); da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação, com emenda (relator: DEP. CALDAS RODRIGUES); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária deste e da emenda adotada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (relator: DEP. PAUDERNEY AVELINO).

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO; DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO)

**Projeto inicial publicado no DCD de 20/05/89*

S U M Á R I O

I - Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação:

- parecer do relator
- parecer da Comissão

II - Parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- parecer do relator
- emenda oferecida pelo relator
- parecer da Comissão
- emenda adotada pela Comissão

III - Parecer da Comissão de Finanças e Tributação:

- parecer do relator
- parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

mg

Of.P- nº 345/2001

Brasília, 12 de dezembro de 2001.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 2.417/89 apreciado, nesta data, por este Órgão Técnico.

Cordiais Saudações.


Deputado JORGE TADEU MUDALEN
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado AÉCIO NEVES
Presidente da Câmara dos Deputados

Lote: 64
PL N° 2417/1989
Caixa: 100
30

SECRETARIA - GERAL DA MESA	
Recebido	<i>francs</i>
Órgão	<i>C.C.P.</i>
Data:	<i>25/02/02</i>
Ass:	<i>[Signature]</i>
n.º	<i>4245/01</i>
Hora:	<i>16:30</i>
Ponto:	<i>2751</i>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº 345 /01 CFT
Publique-se.
Em 21/02/02


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : 7324 - 1

CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Menu Principal



Serviços



Comunicação

eCâmara - Proposições

Consulta tramitação das proposições

*** sistema funcionando em fase experimental ***

Proposição: PL-2417/1989

Autor: Rita Camata - PMDB /ES

Data de Apresentação: 19/5/1989

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de Tramitação: Ordinária

Situação: Aguardando Recebimento









Ementa: Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal às pessoas jurídicas, nas condições que menciona**Explicação da Ementa:** CONCEDENDO O DIREITO DE ABATER ATÉ TRINTA POR CENTO DO MONTANTE DE SALÁRIOS PAGOS, NO ANO - BASE, A EMPREGADOS DO SEXO FEMININO, SEMPRE QUE COMPROVAREM APLICAR, NO MÍNIMO CINQUENTA POR CENTO DO VALOR ABATIDO EM TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA, APLICANDO SETIMO, INCISO XX DA NOVA CONSTITUIÇÃO FEDERAL).**Indexação:** APLICAÇÃO, DISPOSITIVOS, DIREITOS SOCIAIS, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, CONCESSÃO, BENEFÍCIO ISENÇÃO, IMPOSTO DE RENDA, PESSOA JURÍDICA, EMPRESA, FIXAÇÃO, NÚMERO, EMPREGADO, ABATIMENTO, PORCENTAGEM, LUCRO OPERACIONAL, TOTAL, PAGAMENTO, SALÁRIO, ANO BASE, EMPREGADO, TRABALHADOR, OBJETIVO, PROTEÇÃO, MERCADO DE TRABALHO, EXIGÊNCIA, COMPROVAÇÃO, EMPREGADOR, APLICAÇÃO, QUAL TREINAMENTO, MÃO DE OBRA.**Despacho:**


19/5/1989 - DESPACHO INICIAL A CCJR E CTB.

Última Ação:**12/12/2001** - Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - Encaminhado à CCP

Andamento:

19/5/1989	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) DESPACHO INICIAL A CCJR E CTB.
19/5/1989	PLENÁRIO (PLEN) LEITURA E PUBLICAÇÃO DA MATÉRIA. DCN1 20 05 89 PAG 3792 COL 03.
30/5/1989	PLENÁRIO (PLEN) APRESENTAÇÃO DO PROJETO PELA DEP RITA CAMATA. DCN1 23 05 89 PAG 3933 COL 02
4/8/1989	Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) RELATOR DEP EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS. DCN1 22 08 89 PAG 8188 COL 02.
29/11/1989	Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR) APROVAÇÃO UNÂNIME DO PARECER DO RELATOR, DEP EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA. DCN1 03 03 90 PAG 003.
2/2/1991	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 105 DO REGIMENTO INTERNO. DC15 03 02 91 PAG 003.
2/4/1991	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) DESARQUIVADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 105, PARÁGRAFO ÚNICO DO RI.
17/4/1991	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

	RELATOR DEP CALDAS RODRIGUES.  DCN1 23 04 91 PAG 4453 COL 03.
28/5/1991	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) PARECER FAVORAVEL DO RELATOR, DEP CALDAS RODRIGUES, COM EMENDA.  DCN1 21 08 14565 COL 01.
19/6/1991	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) APROVAÇÃO UNANIME DO PARECER FAVORAVEL DO RELATOR, DEP CALDAS RODRIGUES, COM  DCN1 21 08 91 PAG 14565 COL 01.
31/10/1991	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) RELATOR DEP PAULO HARTUNG.  DCN1 01 11 91 PAG 21766 COL 02.
30/4/1992	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) REDISTRIBUIDO AO RELATOR, DEP GERMANO RIGOTTO.  DCN1 05 05 92 PAG 8079 COL (
26/6/1992	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) PARECER DO RELATOR, DEP GERMANO RIGOTTO, PELA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E, NO MERITO APROVAÇÃO COM EMENDA.
2/2/1995	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 105 DO REGIMENTO INTERNO. DC1S 03 02 95 PAG 0007
9/3/1995	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) DESARQUIVADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 105, PARAGRAFO UNICO DO RI.  DCN1 10 03 2923 COL 01.
23/3/1995	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) ENCAMINHADO A CFT.
28/3/1995	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) RELATOR DEP ANTONIO KANDIR.  DCN1 29 03 95 PAG 4757 COL 01.
27/9/1995	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) RELATOR DEP PEDRO NOVAIS.  DCN1 29 09 95 PAG 24115 COL 02.
23/1/1996	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) PARECER DO RELATOR, DEP PEDRO NOVAIS, PELA ADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA MERITO, PELA APROVAÇÃO DESTA E PELA REJEIÇÃO DA EMENDA ADOTADA NA CTASP.
20/4/1998	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) REDISTRIBUIDO AO RELATOR, DEP ANTONIO KANDIR.
2/2/1999	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) ARQUIVADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 105 DO REGIMENTO INTERNO. DCDS 03 02 99 PAG 0001.
25/2/1999	MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. (MESA) DESARQUIVADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 105, PARAGRAFO UNICO DO RI.
1/6/1999	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) RELATOR DEP ROBERTO BRANT.
30/9/1999	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) PARECER DO RELATOR, DEP ROBERTO BRANT, PELA INCOMPATIBILIDADE E PELA INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA DESTA E DA EMENDA DA CTASP.
22/3/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolução por força da saída do relator da comissão.
28/3/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator: Dep. Germano Rigotto
2/8/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolvida sem Manifestação.
16/8/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator: Dep. Pauderney Avelino

7/11/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Recebida manifestação do Relator. 
7/11/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Parecer do Relator, Dep. Pauderney Avelino, pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Púb
14/11/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Não Deliberado
28/11/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Adiada a Discussão
29/11/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolução por força da saída do relator da comissão.
5/12/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator: Dep. Pauderney Avelino
5/12/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Recebida manifestação do Relator.
5/12/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Parecer do relator, Dep. Pauderney Avelino, pela incompatibilidade e pela inadequação financeira orçamentária do Projeto e da emenda da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Púb
5/12/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Adiada a Discussão
12/12/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Aprovado por Unanimidade o Parecer
12/12/2001	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Encaminhamento à CCP para publicação.

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS: